

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados

Vivemos tempos exigentes de governação.

Tempos em que temos de cuidar das emergências do dia a dia dos portugueses, sem nunca perder o foco na estratégia para o futuro de Portugal.

Do estado de pandemia, passámos ao estado de guerra.

Portugal reagiu de imediato com a condenação da invasão Russa e no **apoio à Ucrânia**.

Apoio **humanitário**, duplicando em poucas semanas as famílias ucranianas que entre nós procuram paz e segurança; apoio **militar**, com o envio de 181 toneladas de equipamento e 14 blindados M113; apoio **financeiro** de 250 M€ acordado bilateralmente e agora integrado no apoio macroeconómico da União Europeia.

Todos sabemos que os efeitos da guerra não se contêm nas fronteiras da Ucrânia. Têm um efeito global e têm um efeito em Portugal.

Efeito que se traduz, desde logo, num **brutal aumento da inflação, impulsionado pelo custo das importações, em particular da energia.**

Temos respondido a esta nova realidade por 3 vias essenciais:

- em primeiro lugar, **contendo o aumento do preço da energia** na medida do possível;
- em segundo lugar, **apoando a produção das empresas** mais expostas ao consumo de energia;
- em terceiro lugar, **auxiliando as famílias** mais carenciadas.

Há 15 dias, aquando a discussão da moção de censura, já tive oportunidade de discriminar, uma a uma, as medidas adotadas. Hoje relembrarei sinteticamente **três resultados essenciais que conseguimos alcançar:**

- **Redução de 3,7% do preço da eletricidade** para as famílias no mercado regulado;
- **Redução de 18 pontos percentuais da carga fiscal sobre os combustíveis**, permitindo uma poupança de 16 € num depósito de 50 litros de gasolina ou 14 euros num depósito de gasóleo;
- Redução do impacto da subida do preço do gás na produção de eletricidade no mercado spot, com **uma poupança média diária neste primeiro mês de aplicação de 18%, ou seja 52,39€ / MWH.**

De qualquer modo, é hoje claro que, com o prolongar da guerra, o efeito da inflação será mais duradouro do que o inicialmente previsto.

Por isso, **no final deste trimestre, em setembro, iremos adotar um novo pacote de medidas para apoiar o rendimento das famílias e a atividade das empresas.**

Mas,

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados,

não temos só de enfrentar as emergências decorrentes da guerra da Rússia contra a Ucrânia.

Tivemos, desde logo, de responder à emergência resultante de uma longa crise política, iniciada a 27 de outubro e **que verdadeiramente só terminou no dia 27 de junho, há cerca de três semanas, quando entrou em vigor o OE** para este ano.

Pudemos agora, finalmente, garantir a **redução de IRS** para a classe média, as famílias com filhos e os jovens, criar os **incentivos fiscais à inovação e investimento** empresarial, **aumentar as bolsas de mestrado** até ao triplo e ... **pagar com retroativos a janeiro o aumento extraordinário das pensões.**

E estou em condições de anunciar que, **hoje mesmo, concluimos o acordo com a União das Misericórdias e a Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade**, que assegura o cumprimento de uma das principais medidas

do Orçamento: a **gratuidade das creches para as crianças do 1º ano já em setembro.**

Mesmo em tempo de guerra e de inflação global, **governar exige também encontrar soluções para os múltiplos problemas que no dia a dia perturbam o quotidiano dos portugueses**, do funcionamento dos aeroportos ao encerramento de algumas urgências hospitalares ou, mais recentemente, na emergência da pior conjugação de fatores meteorológicos deste século.

Ao “discurso do caos” compete ao Governo responder com ação.

Vejamos **o caso das chegadas ao aeroporto de Lisboa.**

O conjunto de medidas adotadas, quer com o reforço de meios do SEF, quer com a entrada ao serviço dos primeiros elementos da Polícia de Segurança Pública formados especificamente para o controlo de fronteiras, quer com o equipamento tecnológico instalado, **conseguimos reduzir o**

tempo médio de desembarque dos voos não Schengen de quase 2 horas em maio - que no dia 29 atingiu mesmo um máximo superior a 6 horas! - para cerca de 40 minutos na passada semana.

Por outro lado, desde o início de junho que temos enfrentado o **encerramento de várias unidades de urgência, em especial de ginecologia e obstetrícia.** Esta realidade exige **respostas estruturais, como as que resultam do recém aprovado Estatuto do Serviço Nacional de Saúde,** mas também **melhores instrumentos de gestão, como o diploma que ontem aprovámos e que cria condições para a estabilização das equipas de urgência** dos serviços e estabelecimentos integrados no SNS

De qualquer modo **o Serviço Nacional de Saúde assegurou neste período 49 mil episódios de urgência de ginecologia e 7 mil e setecentos partos,** e, muito importante, **garantiu que só 0,3%, repito, 0,3%, das utentes tivessem de ser transferidas de um hospital para o outro.**

Vivemos a semana mais dramática, com registos de perigo meteorológico nunca antes atingidos. O nosso sistema de Proteção Civil foi posto à prova, com o extraordinário apoio cívico das populações, absolutamente essencial para diminuir as ignições negligentes.

Nestes primeiros dias, mais de 90% das ocorrências foi extinta na primeira intervenção e mais de 85% queimaram menos de 1 hectare.

Para além da melhoria na capacitação, comando e controle, meios de comunicação e equipamentos, dos bombeiros e demais agentes da proteção civil, este resultado não teria sido possível sem que já estivessem a começar a produzir efeito as medidas de fundo, do cadastro simplificado aos planos de gestão da paisagem, executadas no quadro da Reforma Estrutural da Floresta lançada em 2017 e de que vos falará o MAAC na sua intervenção na fase do debate.

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Como disse no início da intervenção, **nestes tempos de governação tão exigentes, o cuidar da emergência não nos pode desfocar da nossa responsabilidade de construir o futuro.**

Ao discurso fatalista dos “velhos do Restelo”, respondemos com estratégia e ambição.

Temos uma visão estratégica para o país.

Uma visão que estrutura as 4 grandes agendas que enformam, não só o Plano de Recuperação e Resiliência e o PT2030 assinado a semana passada, como **o conjunto das diversas políticas públicas:**

1^a : As pessoas primeiro : um melhor equilíbrio demográfico, maior inclusão, menos desigualdade;

2ª : Inovação, digitalização e qualificações como motores do desenvolvimento;

3ª : Transição climática e sustentabilidade dos recursos;

4ª : Um país competitivo externamente e coeso internamente

Para dar corpo a estes objetivos, só no PRR, estão identificadas 32 reformas e 83 investimentos estruturantes.

Mas, sobretudo, **metas dos resultados que pretendemos alcançar.**

Só cinco exemplos:

- libertar 765.000 pessoas do risco de pobreza e exclusão social;
- garantir 50% de graduados no Ensino Superior nos jovens entre os 30 e os 34 anos até 2030;
- investir pelo menos 3% do PIB em I&D;
- garantir que 80% da eletricidade consumida em 2026 é de origem renovável;

- aumentar as exportações para 53% do PIB.

Esta ambiciosa agenda reformista exige um forte envolvimento dos parceiros sociais. Por isso, consideramos essencial celebrar em sede de concertação social **o Acordo de Produtividade e Rendimentos.**

Mas, por outro lado, a execução desta agenda reformista só é possível com uma profunda reforma do Estado. Nestas duas semanas demos **três passos muito importantes para a concretizar.**

Em primeiro lugar, **através da descentralização.**

O acordo alcançado com a Associação Nacional de Municípios é um momento histórico. Trata-se da mais ousada transferência de competências e recursos do Estado para a Administração Local desde que o poder local democrático foi constitucionalmente consagrado em 1976.

Por outro lado, a **nova edição do Simplex** que o Conselho de Ministros aprovará amanhã, inclui dezenas de medidas que vão simplificar a vida dos cidadãos, como os exames de saúde digitalizados, os medicamentos comparticipados na hora, as faturas sem papel e, não posso deixar de destacar, uma agilização sem paralelo nos licenciamentos associados à área do ambiente.

Em terceiro lugar, o **início da reforma da Administração Pública**, com a **valorização do salário dos Técnicos Superiores**, e da sua qualificação académica, e a revisão da tabela remuneratória única com o **ajustamento das posições salariais dos assistentes técnicos e dos assistentes operacionais** ao continuado aumento do salário mínimo nacional.

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

Ainda agora se iniciou esta nova legislatura e o tempo de incerteza e de risco que marcam o mundo em que vivemos, exigem-nos firmeza e determinação. Firmeza e determinação que não se motivam em mera esperança, mas se fundam em sólida confiança. **Confiança que assenta, desde logo, em fatos concretos.**

Portugal, segundo a Comissão Europeia, será o **país da União que terá o maior, repito o maior, crescimento económico este ano**; no **desemprego** hoje mesmo soubemos que junho teve o melhor registo dos últimos vinte anos; **o investimento das empresas está em máximos históricos** e estamos no bom caminho, finalmente, para – com responsabilidade social – cumprir a meta do défice e da dívida com o objetivo de **retirar Portugal da lista dos países mais endividados.**

Mas confiança, sobretudo, de quem sabe que esta não foi a primeira crise que tivemos que gerir e, porventura, não será a última.

Mas tal como o fizemos com todas as crises que vencemos no passado, venceremos estas com os Portugueses, pelos Portugueses e por Portugal.